

GUERRAS RENDILHADAS DA ERUDIÇÃO: UM BREVE PANORAMA DOS COMBATES E DEBATES EM TORNO DO CONCEITO DE RECONQUISTA

ADORNED WARS OF ERUDITION: A BRIEFLY LANDSCAPE OF THE STRUGGLE AND ISSUES AROUND OF THE CONCEPT OF RECONQUEST

Bruno Gonçalves Alvaro*
Rafael Costa Prata**
Universidade Federal de Sergipe

Resumo: Os debates e combates a respeito do conceito/definição de *Reconquista* mobilizou no passado e tem mobilizado no presente uma série de medievalistas espanhóis, britânicos, italianos e franceses. Definitivamente, a historiografia recente vem demonstrando que o termo está mais presente do que nunca no cotidiano da medievalística, incluindo a luso-brasileira. Neste artigo, longe de trazer respostas definitivas, pretendemos demonstrar de maneira analítica como a palavra *Reconquista* foi, no decorrer das guerras rendilhadas da erudição, tomando forma variadas como um mesmo bloco grande de uma mesma pedra repartido para ser moldado nas mãos de diferentes artesãos.

Palavras-chave: Reconquista, Idade Média Ibérica, Historiografia.

Abstract: The issues and struggles relate to the concept/definition of *Reconquest* mobilized in the past and have been mobilized in the present a lot of Spanish, British, Italian, and French medievalists. Definitely, the recent historiography have been demonstrate that this term is more present than ever in the medieval studies, including the Brazilian medieval studies. In this article, we do not have the intention to propose definitive answers, but we pretend only demonstrate, in an analytical way, how the word *Reconquest* had been taking, during the “wars of erudition”, several forms from a same “rock”, which to be shared and forged by different hands of several artisan.

Keywords: Reconquest, Historiography, Iberian Middle Ages.

Recebido em: 30/10/2014
Aprovado em: 20/11/2014

* Professor Adjunto II de História Medieval e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS). Pós-doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGHis-UFMT) e pesquisador do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste). E-mail: brunoalvaro@ufs.br.

** Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS) e Bolsista FAPITEC-SE. Integrante do Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste). E-mail: rafaelcostaprata@hotmail.com.

Introdução

De natureza complexa, o conceito de *Reconquista* tem feito correr rios de tinta no seio da medievalística,¹ não somente por parte dos historiadores ibéricos, como também através das penas de hispanistas britânicos, franceses, italianos, etc., que, por décadas, tem reiteradamente discutido, por um lado, seu significado e, por outro, sua utilização como conceito historiográfico.

Atento a permanência desses debates na historiografia, o medievalista Manuel González Jiménez, não teve dúvidas em afirmar categoricamente que “de entre las varias cuestiones importantes que afectan a la Edad Media peninsular en su conjunto, ninguna hay más debatida que la del concepto y significado de la Reconquista”.²

Como consequência imediata dessa ordem de debates, tem-se notado na medievalística a ocorrência de duas posturas contrárias: uma ala de medievalistas tem defendido a continuidade da utilização do termo *Reconquista* como conceito historiográfico, por sustentarem que seu emprego não acarreta prejuízos à compreensão da realidade medieval espanhola, em detrimento daqueles que, de outro modo, defendem a sua exclusão imediata do âmbito historiográfico, optando por, em suas obras, se utilizarem de expressões como “expansão dos reinos cristãos”, “expansão territorial-militar”, dentre outras, por defenderem que tais expressões precisem melhor e de forma mais neutra o que se quer definir.

Um dos argumentos primários utilizados por aqueles que se manifestam a favor da exclusão do conceito de *Reconquista* do âmbito historiográfico se sustenta no fato de que tal termo não aparece em nenhuma das crônicas medievais ibéricas, sendo a palavra *restauratio*, a expressão mais recorrente nas mesmas para designar o projeto encabeçado pelos reinos cristãos peninsulares na recuperação da antiga ordem política e territorial vigente em tempos visigóticos.

Assim, não são poucos os medievalistas que tem, inclusive, defendido o retorno do termo *Restauratio* em detrimento do conceito de *Reconquista*, argumentando que o último se apresenta como uma categoria historiográfica criada apenas aos finais do

¹ Nas palavras de Manuel González Jiménez: “hecho correr ríos de tinta”. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.151.

² Ibid.

século XVIII, ou seja, bem a posteriore aos eventos políticos, militares, econômicos e sociais que delineiam a Idade Média Central Ibérica, cujo termo teria então a “pretensão” de caracterizar.³

Por compreendermos que o “historiador é necessariamente um selecionador”,⁴ cuja atividade demanda, portanto, a escolha, a seleção e a necessária delimitação de seus corpos de análise, optamos por neste breve artigo, diante da impossibilidade de abarcamos todas as opiniões e análises empreendidas por uma gama de estudiosos, selecionar alguns dos principais expoentes teóricos em torno desses debates, a fim de observar o “estado da questão” dos mesmos e, de maneira mais profunda, entendermos o que foi a *Reconquista*, como marco histórico, analisando os elementos formadores de sua ideologia, suas estruturas e imaginários. Além de discutirmos também acerca da eventual possibilidade de continuidade do uso deste conceito pela historiografia.

A essência da *Reconquista* peninsular: os debates historiográficos em torno da natureza e do significado histórico da empresa reconquistadora

Tem sido consenso por parte da medievalística que os debates em torno do conceito de *Reconquista* se intensificaram, sobretudo, a partir da publicação, em 1965 no *Boletín de la Real Academia de la Historia*, do polêmico artigo *Sobre las Orígenes Sociales de la Reconquista*, de autoria dos medievalistas Abilio Barbero e Marcelo Vigil.⁵

Ao discutirem as “origens” da *Reconquista*, defenderam que os cântabros e os astures, no século VIII d.C, apresentavam uma postura independente frente ao Império Visigodo. Tal “independência” seria fruto de um rechaço desses povos frente às investidas com o intuito de assimilação por parte tanto dos predecessores romanos, como, posteriormente, dos visigodos. Deste modo, no século VIII d.C, os povos que habitavam a montanha cantábrica não seriam romanizados e cristianizados, haja vista o insucesso das tentativas por parte dos romanos e dos visigodos no decorrer dos séculos.

Partindo desta premissa, os autores sustentavam então que o ocorrido na Batalha de Covadonga em 718, quando as tropas de Pelayo venceram as tropas muçulmanas, não teria sido mais do que uma reação natural e secular de defesa daqueles povos, dessa vez,

³ De fato, consta-se que o conceito de *Reconquista* foi utilizado pela primeira vez em solo ibérico na obra *Compendio cronológico de la historia de España*, de autoria de José Ortiz y Sanz, publicada em 1795.

⁴ CARR, Edward Hallett. *O que é história?*, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (7ª reimpressão), p. 48.

⁵ BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. *Sobre las Orígenes Sociales de la Reconquista*. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, CLVI, 1965, p. 271-339.

direcionada aos muçulmanos. Ainda nesse bojo, afirmam que o processo de expansão ocorrido ainda no século VIII pelos cantábricos não deveria ser entendido como os “primeiros atos de *Reconquista*”, pois teriam sido, na verdade, resultado apenas de uma dinâmica de expansão econômica, demográfica, política e social própria daqueles povos e nada teriam a ver então com uma ação político-militar oriunda de uma “ideologia política e religiosa” pensada com o intuito de restituir uma suposta “herança goda”.⁶

Não havendo ligação entre godos e cantábricos no século VIII, tais atos de expansão não podem ser vistos como “ações reconquistadoras”, pois os cantábricos não tinham assim o que reconquistar, pois nada haviam perdido.

De maneira geral, os autores defendem então que a ideologia da *Reconquista* foi um mecanismo político de expansão e fortalecimento do poder régio, criado posteriormente, em finais do século IX e início do século X, na corte Astur-Leonesa de Alfonso III (866-910), baseada na defesa de um *neogoticismo*, ou seja, uma suposta ligação entre os astur-leoneses e os antigos godos, continuidade esta que justificaria a ação militar-política daqueles homens.

Para Barbero e Vigil, reinava a certeza de que:

*El fenómeno histórico llamado reconquista no obedeció en sus orígenes a motivos puramente políticos y religiosos. [...] Debió su dinamismo a ser la continuación de un movimiento de expansión de pueblos que iban alcanzando formas de desarrollo económico y social superiores.*⁷

Com tais percepções, Barbero e Vigil causaram um enorme impacto na medievalística durante os finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, uma vez que uma gama de medievalistas passaram a endossar as suas ideias. Foram os casos paradigmáticos de José Mínguez, o qual defendia igualmente que o processo de expansão iniciado pelos povos nortenhos tem suas origens em questões de ordem socioeconômica e de José Luis Martín, que procurou reforçar o supracitado contexto histórico de gestação da ideologia de *Reconquista*, reafirmando a sua localização cronológica nos finais do século IX e princípios do X nas cortes de Alfonso III (866-910), afirmando que esta teria sido fruto da escrita de clérigos moçarabes fugidos de Al-

⁶ Cf. BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo. *Sobre las Orígenes Sociales de la Reconquista*. *Boletín de la Real Academia de la Historia*, CLVI, 1965, p. 271-339.

⁷ BARBERO; VIGIL apud GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.153.

Andaluz e que residindo na corte deste monarca procuraram então legitimar o processo de expansão iniciado pela monarquia em questão.⁸

Consoante às polêmicas ideias de Barbero e Vigil, o medievalista Amancio Isla Frez, defendia, inclusive, a existência de um *limes* militarizado entre os godos e os astures, estrutura que evidenciaria a falta de controle romano da região e em outro caso a pouquíssima romanização e cristianização da localidade.

Todavia, opondo-se a estas percepções, uma série de medievalistas rapidamente passaram a se contrapor as ideias apresentadas por Barbero e Vigil.

Arcadio Del Castillo e Julia Montenegro, em seu artigo intitulado *De nuevo sobre Don Pelayo y las Orígenes de la Reconquista*, ao divergirem tanto das ideias de Barbero e Vigil e, conseqüentemente, das percepções de Amancio Isla Frez, sustentam, por um lado, a inexistência de um *limes* militar separando godos e romanos e, por outro, procuram reforçar que o Norte Peninsular foi altamente romanizado e cristianizado, ao contrário do que pregavam os primeiros.

Conforme Del Castillo e Montenegro, os historiadores Barbero e Vigil ao sustentarem sua tese se fundamentaram na defesa de uma certa falta de urbanização daquelas localidades e na existência das estruturas sociais gentílicas, no entanto, não teriam levado em consideração o grande poder de adaptação dos romanos diante da dominação de tais lugares, aceitando as premissas e estruturas locais de dada localidade.⁹

Ao analisarem a documentação cronística do período, afirmam então a existência de apenas uma referência a algum tipo de enfrentamento militar entre os astures e os godos e, ainda assim, no bojo dessa referência, se sobressai a ideia de “rebelião”. Conclui-se então que se os cantábricos se rebelaram, tal ação incorreria a uma situação de dominação perante aos godos.

Ademais, tais autores afirmam que a visão de Isla Frez sobre Pelayo e em torno de sua ação em Covadonga é mais do que anedótica, pois, este ao defender que Pelayo tenha se rebelado frente aos muçulmanos por conta de um casamento “ilegítimo” entre sua irmã e Munuza, o chefe muçulmano do período, o autor opta por uma interpretação “anedótica e ingênuas”, pois se apresenta como inconcebível que um conglomerado de

⁸ Cf. GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen, Revista del Centro de História del Crimen de Durango*, n.6, 2009, p. 142-215. p. 150.

⁹ MONTENEGRO, Julia; DEL CASTILLO, Arcadio. De nuevo sobre Don Pelayo y las Orígenes de la Reconquista. *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, H. Antigua*, t. 8, 1995, p. 507-520, p. 510, 512 e 513.

astures, ou seja, as tropas militares que perfilaram em Covadonga, tenham partido com Pelayo apenas para resolver uma querela do âmbito pessoal deste último.

Defendem, em contraponto, que provavelmente Pelayo tenha sido alguém muito importante, próximo às lideranças do ducado das Astúrias, que atuaria como o coletor de impostos em vista do pacto que os soberanos asturianos haviam assinado com os islâmicos. Deste modo, a ação de Pelayo em Covadonga teria sido fruto de uma outra questão: o peso dos impostos cobrados. Assim, a própria documentação islâmica demonstra que os habitantes do norte cristão se submeteram a pagar impostos aos muçulmanos, mas que, em certo momento, cessaram de efetuar tais pagamentos e então foram atacados. Eis a real motivação da quebra do pacto para os historiadores Del Castillo e Montenegro.

Outro ponto basilar das ideias de Barbero e Vigil que são contestadas por Del Castillo e Montenegro, diz respeito à ligação entre os godos e os astures. Contrapondo-se àqueles que defendiam esse distanciamento entre os povos. Montenegro e Del Castillo afirmam que por meio da própria documentação é possível observar uma clara continuidade entre o Reino das Astúrias e o Império Visigodo de Toledo, pois uma doação feita por Alfonso II à Igreja de San Salvador de Oviedo comprovaria tal ligação.¹⁰

Igualmente a Del Castillo e Montenegro, outros medievalistas se negaram a validar as ideias de Barbero e Vigil. Foram os casos, por exemplo, de Armando Besga, o qual defendia que os visigodos haviam efetivamente conquistado as Astúrias e Yves Bonnaz, que defendia a ligação de Pelayo com os reis visigodos.¹¹

Tais debates, contestações e controvérsias iniciadas a partir dos finais dos anos 1960, somente foram possíveis, no entanto, graças a uma nova conjuntura possibilitada pelo gradual enfraquecimento do regime franquista, a partir do qual a historiografia espanhola passou a ter certa “liberdade” para discutir o significado histórico e profundo do conceito, sua exclusão ou matização de uso. Isso porque contestar um conceito tão caro ao regime seria de natureza quase que impossível dentro do solo ibérico.

¹⁰ MONTENEGRO, Julia; DEL CASTILLO, Arcadio. De nuevo sobre Don Pelayo y las Orígenes de la Reconquista. *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, H. Antigua, t. 8, 1995, p. 514, 517, 519 e 520.

¹¹ Cf. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.154-155.

O conceito de *Reconquista* se torna tão caro ao Franquismo porque, após a derrocada dos republicanos na *Guerra Civil Espanhola*, em 1939 e sua consequente ascensão ao poder, Francisco Franco inicia uma sistêmica tarefa de legitimação e fortalecimento de seu regime, por meio da pólvora e da escrita. Tal processo tinha como alicerce básico a devida glorificação e heroização de sua imagem, se utilizando para tal de conexões históricas e associações com personagens do passado espanhol, para, por um lado, ligar a sua imagem a um grande herói(s) de outrora e, por outro, associar o contexto histórico em vigor com um conturbado contexto de outrora solucionado justamente pela atuação heroica de tais personagens.

Assim, uma das mais constantes atitudes executadas por Franco foi a de procurar no passado medieval ibérico de “intermitentes guerras e fulguerosos guerreiros”, o baú de heróis e mitos que seriam utilizados para seu serviço. Nesse sentido, durante todas as décadas de seu governo, sobretudo nos primeiros anos quando se torna mais do que necessário fortalecer as bases ideológicas do regime, Franco vai se utilizar o tão popular conceito de *Reconquista* como aporte de reforço e legitimação.

Como consequência, Franco associa sua figura à imagem daqueles que são os dois símbolos consagrados e aclamados de toda a história medieval ibérica: Pelayo e El Cid.

Ao associar sua imagem à figura de Pelayo, ele quis se apresentar como o redentor de toda a Espanha. Aquele que, como Pelayo supostamente fizera no distante ano de 718, na Batalha de Covadonga, dando início a chamada *Reconquista*, iniciaria o processo de expulsão dos inimigos da Espanha. Sendo assim, os muçulmanos de Pelayo se convertem, nessa associação direta, nos “comunistas” da época de Franco.

Em relação à figura do *El Cid*, a associação será mais satisfatória e frutífera para o ditador, pois lhe permitiu, a partir do cavaleiro burgalês, alicerçar ainda mais esta ligação de luta entre cristãos e islâmicos.

A relação de Franco com tais figuras históricas e a utilização e engessamento do sentido do conceito de *Reconquista* foi bastante comum durante aquele período, inclusive partindo das penas da própria historiografia espanhola do momento, pois uma série de obras foram produzidas com o objetivo de reforçarem esses ideais de paralelismo do regime franquista com a *Reconquista*.

Obras como *El Caudillo de la nueva Reconquista de Espanã* (1938) de Juan Fernández e *La guerra de reconquista española que ha salvado a Europa del comunismo* (1939) de Enrique Esperabé, são exemplos de discursos de puro teor propagandístico e que se tornaram a tônica durante o regime franquista.¹²

Durante o regime franquista, portanto, falar em *Reconquista* significava aludir ao processo heróico de expansão iniciado por Pelayo, o Rei das Astúrias, em 718, ou seja, apenas sete anos após a invasão muçulmana e que teria prosseguimento por toda a Idade Média Ibérica, sendo concluída apenas no século XV, com a conquista definitiva do Reino de Granada.

Todavia, havia outra alternativa para se contestar algo tão caro para a ditadura mesmo que fosse durante o apogeu do regime franquista, quando a censura e o recrudescimento da violência eram mecanismos basilares do sistema: “bastava” estar distante das garras do inimigo.

Foi diante dessa situação de exílio, diante desse distanciamento geográfico, que o medievalista Claudio Sanchez Albornoz, residindo na Argentina, contestou um dos pontos chaves dessa engessada concepção de *Reconquista*. Em sua defesa, sustentava que “el programa de recuperación total del territorio no era algo que se hubiera concebido y planeado desde el próprio alzamiento de 722, desechando de un plumazo la interpretación sobre el movimiento de Pelayo que imperaba desde el siglo XVI.”¹³

De acordo com Sanchez Albornoz, a batalha de Covadonga, no ano de 722, não deveria ser considerada como o marco inicial de um planejamento, de uma ideia de *Reconquista*. Em outras palavras, Pelayo não tinha em mente projeto algum de reconquista dos recentes territórios perdidos. Com esta “ousada” ideia, Sanchez Albornoz mexia com a sacralizada e irretocável imagem daquele que era tido como o primeiro grande símbolo da *Reconquista*, Pelayo.

Da tese de Claudio Sanchez Albornoz nos anos 1940 até as polêmicas intensificadas por Barbeiro e Virgil aos finais dos anos 1960, a medievalística passou a observar, portanto, um gradual crescimento nos debates em torno do conceito, que se acentuou, sobretudo a partir dos anos 1970, a partir do momento que o regime

¹² Cf. RÍOS SALOMA. Martin. *La Reconquista em la historiografia española contemporánea*. Madrid: Silex Ediciones, 2013. p. 50.

¹³ SANCHEZ ALBORNOZ apud RÍOS SALOMA. Martin. *La Reconquista em la historiografia española contemporánea*. Madrid: Silex Ediciones, 2013. p. 64.

franquista se deteriorava. Foi a partir de então que uma série de medievalistas passaram a apresentar as suas percepções acerca do “real significado” daqueles eventos político-militares que tanto marcaram a Idade Média Ibérica, discutindo desde questões temporais, quanto aos aspectos socioeconômicos, políticos, geográficos e demográficos que permeariam a ação político-militar daqueles homens medievais.

Nesse bojo, Antonio Ubieta Arteta proferiu uma palestra na *VIII Semana de Estudios Medievales*, realizada em Estella, Espanha, em julho de 1970, procurando discutir justamente o que se deve compreender como *Reconquista* Peninsular. Tal palestra transformou-se em seu clássico artigo *Valoración de la Reconquista Peninsular*.

Para Ubieta Arteta, a ideia de que a *Reconquista* tenha sido uma “lucha multissecular” que engendra desde os atos militares de Covadonga, em 722, até a conquista de Granada pelos chamados Reis Católicos, em 1492, se apresenta como um verdadeiro “clichê” historiográfico.

Além disso, defendeu que as batalhas ou expedições militares que angariavam conquistas territoriais imediatas deviam ser estudadas dentro do marco da *Reconquista*, no entanto, outros mecanismos militares que não atingiam esse fim, deveriam ser retirados de tal recorte.¹⁴

Nas palavras de Ubieta Arteta, sobressai uma percepção bastante comum aos historiadores de sua época, pouco versados a compreender a dinâmica e o sentido das ações táticas e estratégicas militares, de modo que, por essa ausência, desconheciam o fato de que tais ações bélicas, como as práticas recorrentes de botins, cavalgadas e algaras, estavam imbuídas de um sentido tático-estratégico de natureza maior, a qual visava minar gradualmente as estruturas sociais, políticas, econômicas e militares dos inimigos, natureza inclusive informada pela própria documentação da época.¹⁵

Sua visão do mecanismo de *Reconquista* parece ser bastante dotada do aspecto da “lucha militar”, pois o autor não preza por outros tipos de mecanismos que possibilitariam em longo prazo, a conquista territorial, de modo que, para ele, a

¹⁴ UBIETO ARTETA, Antônio. Valoración de la Reconquista Peninsular. *Príncipe de Viana*, Año 31, n. 120-121, 1970, p. 213-220. p.213 e 214.

¹⁵ O medievalista Francisco García Fitz, em seus estudos acerca do fazer a guerra durante o processo de *Reconquista*, nos demonstra como todas as ações militares: as cavalgadas, as algaras e outros mecanismos, estavam inteiramente imbuídos de um sentido tático-estratégico por parte das lideranças político e militares medievais. GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: Estrategias de Expansión y tácticas militares (siglo XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005.

Reconquista deveria ser sempre vista como um movimento violento e armado contra a ocupação de terras pelos muçulmanos.

Ubieto Arteta defende que qualquer estudo historiográfico destinado a entender o que foi realmente a *Reconquista* deve se perguntar inicialmente quando começa efetivamente tal fenômeno. Assim, para ele, a “ocupação violenta dos territórios muçulmanos”, ação que, em sua perspectiva, fundamentaria a *Reconquista*, se dá a partir do início do século X.

Tais ações não foram, todavia, emuladas pelas cortes astur-leonesas, mas sim, pela monarquia pamplonesa, quando uma série de territórios foram conquistados por Sancho Garcez. Porém, tais empreitadas militares não estavam dotadas por qualquer espécie de “espírito da *Reconquista*”, sendo originárias de uma série de querelas familiares no seio da monarquia pamplonesa.

Deste modo, ainda que Ubieto Arteta conceda um certo destaque as ações militares pamplonesas como precursoras desse movimento, procura retirar-lhe o peso de qualquer espírito reconquistador, para situar-lhe dentro de questões de ordem civil ao reino pamplonês. Deste modo, é que a conquista de Calahorra, por exemplo, deve ser vista como resultado mais de uma guerra civil entre muçulmanos do que de um “espírito” da *Reconquista*.

Para ele, as primeiras conquistas militares dotadas de um “espírito (ou ideologia) da reconquista” só serão possíveis graças à chegada do “espírito de cruzada” levado à Península Ibérica pelo papado, por meio de uma pregação, em meados de 1064, quando da Conquista de Barbastro, que já se apresentaria nesses “moldes cruzadísticos”.¹⁶

A partir de 1064, já encontraríamos em terras espanholas, uma espécie de espírito da reconquista, um sentimento fruto de uma “importação” da chegada do “sentimento cruzadístico” na Península Ibérica. Logo, a série de conquistas militares e territoriais que se observa daí em diante, se deve ao espírito de Cruzada.

Na visão de Ubieto Arteta, sobressai a defesa de que as pregações de cruzadas emuladas pela Santa Sé em direção a Espanha se apresentam como os verdadeiros motores da *Reconquista*. Sem elas, tal “espírito reconquistador”, visivelmente visto como seu fruto, não teria “nascido” e as conquistas territoriais e militares não teriam se efetuado.

¹⁶ UBIETO ARTETA, Antônio. Valoración de la Reconquista Peninsular. *Príncipe de Viana*, Año 31, n. 120-121, 1970, p. 213-220. p. 214-216.

Para o autor, o espírito da *Reconquista* só chegou às terras castelhanas, a partir da primeira metade do século XII, de modo que ele desconsidera então todas as ações políticas e militares efetuadas pela Monarquia Castelhana-Leonesa, sobretudo após o chamado “rompimento do colar” do califado cordobês em 1030, quando este se fragmentou em pequenos *Reinos Taifas* independentes, quase sempre litigantes entre si, os quais passaram a ser devidamente minados pelos monarcas castelhanos-leoneses. Foi diante desta motivadora conjuntura, que a Monarquia Castelhana-Leonesa, nas figuras de Fernando I e Alfonso VI, iniciou um enorme processo de expansão político-militar diante da “fraqueza” destes pequenos *Reinos Taifas*, apresentando, inclusive, para potencializar seus desgastes, novos mecanismos políticos, como o regime de parias, instituído por Fernando I, um regime que passava a cobrar tributos das taifas em troca de uma suposta proteção militar.

A visão de Ubierto Arteta ainda apresenta uma curiosa característica: seu caráter excessivamente cíclico e econômico, pois, para este, o sucesso e o fracasso das predicções de cruzada, e, portanto, das ações de *Reconquista*, estão diretamente ligadas aos estágios de expansão ou decréscimo econômico. Deste modo, nessa visão cíclica, quando as predicções são feitas em épocas de expansão, geralmente as ações militares fracassam, enquanto que aquelas predicadas em épocas de depressão econômica encontram maiores índices de satisfação.

Enfim, de maneira geral, o posicionamento de Ubierto Arteta concebe importância em demasia a um peso influente do “movimento cruzadístico” na formação do chamado “espírito da reconquista”. Sustentando tal visão, o autor defende a prerrogativa de que sem a Cruzada no Ocidente Medieval, não teríamos a *Reconquista* na Península Ibérica, uma vez a tamanha ligação e influência que uma nutre sobre a outra, de modo que, os cristãos ibéricos teriam convivido então tranquilamente no decorrer dos séculos com os muçulmanos. Tal visão, excessivamente voltada ao Ocidente, acaba por diminuir assim o peso de uma ideologia reconquistadora própria dos ibéricos, oriunda de suas próprias construções e mentalidades, para dar ênfase a um certo “pedagogismo” exercido pelo movimento cruzadístico na Península Ibérica.¹⁷

¹⁷ UBIETO ARTETA, Antônio. Valoración de la Reconquista Peninsular. *Príncipe de Viana*, Año 31, n. 120-121, 1970, p. 213-220.p.219-220.

A postura de Antonio Ubieto Arteta é consoante às ideias de Goni Gotzambide, o qual defendia que a *Reconquista* teria tido ares totalmente cruzadísticos. Em seu trabalho, ao analisar diversas bulas papais, o autor concluiu que a *Reconquista* foi uma verdadeira missão religiosa, uma verdadeira Cruzada em solo ibérico.¹⁸

Essa percepção sustentada por Ubieto Arteta e Goni Gotzambide encontraria, no entanto, duras e contundentes críticas no seio da medievalística. Um dos mais ferrenhos críticos dessa tese defendida por Ubieto Arteta é o medievalista Carlos de Ayala Martínez, que em suas obras, tem defendido justamente a negação desta perspectiva.

Para este autor, apesar do inegável caráter sagrado imbuído nas ações da *Reconquista*, o que motivou as ações político-militares durante aqueles tempos foi fundamentalmente a pretensão político-territorial. Assim, a *Reconquista* deve ser compreendida, sobretudo, como uma restauração político-territorial.¹⁹

Ayala Martínez afirma então que o primeiro pontífice a se interessar pela “causa peninsular” foi o Papa Alejandro II, o qual, baseado na chamada “Doação de Constantino”, procurou estender seu poder até aquelas terras, afirmando que os territórios ibéricos pertenciam por afirmação desta doação, a Igreja, de modo que, deveriam ser recuperadas das mãos muçulmanas, para serem restituídas a Igreja.

Assim, a partir do século XI, coabitariam na Península Ibérica, duas concepções distintas de *Reconquista*: uma de teor territorial e político, levada a cabo pelos Reinos Cristãos Peninsulares, baseada numa ideologia calcada no *neogoticismo* e uma de teor pontifício, também dotada de um evidente interesse territorial, calcada nessa suposta doação de Constantino.

No entanto, conforme Ayala Martínez, dessas concepções se originaram, na prática, duas tendências: a dos reinos e monarcas que, debilitados territorialmente e politicamente, se aliaram ao papado, aceitando seu protagonismo em troca de fortalecimento do seu poder e daqueles que, como a Monarquia Castelhana-Leonesa, procuraram se afastar das influências de Roma, ao iniciarem uma “hispanização” da Cruzada, um mecanismo transformador que atuaria como mais um forte instrumento legitimador de seus poderes e que, em todo caso, retiraria o pretendido protagonismo papal.

¹⁸ Cf. RÍOS SALOMA, Martín. *La Reconquista em la historiografía española contemporánea*. Madrid: Sílex Ediciones, 2013. p.75-76.

¹⁹ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. *Reconquista, cruzada y ordenes militares*. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* n° 2, 2008, p.1-12. p.2.

Deste modo, a Monarquia Castelhana-Leonesa, durante o reinado de Alfonso VI, teria procurado sempre rechaçar as pretensões territoriais e políticas do papado dentro de seu território, de modo que, já em 1073, se teria assinado um acordo mútuo, na qual o papado recusaria as suas pretensões e o soberano castelhano-leonês, em troca, aceitaria a entrada do rito romano, em substituição ao moçarabe, em suas terras, acordo este firmado no Concílio de Burgos, em 1080.

Porém, as atitudes de afastamento da influência papal por parte de Alfonso VI definitivamente não pararam nesse quesito. Como parte fundamental de sua política, o monarca vai alargando mais ainda a sua autonomia frente a este, empreendendo uma série de ofensivas militares com claro caráter de Cruzada, no entanto, sem recorrer à autoridade do pontífice romano, sustentando assim sob sua égide e jurisdição, uma verdadeira “Cruzada sem papa”.²⁰

Tal política foi continuada por Alfonso VII com mais sucesso ainda, quando este monarca conseguiu uma hegemonia peninsular indiscutível sob uma capa de Cruzada, sem a participação do Papa. A conquista de Almeria, em 1147, seria o grande marco dessa sua política, pois, o evento foi totalmente pensado e executado em tons cruzadísticos, no entanto, o monarca não pediu qualquer aprovação por meio de bula ao Papado.

Conforme Ayala Martinez, a autonomia dos reis castelhanos era tão evidente, que o Papa Celestino III, insatisfeito, procurou romper com essa política, se utilizando para isso de mecanismos que pudessem levá-lo ao protagonismo da Cruzada em solo ibérico. No entanto, ao perceberem tal tentativa, os herdeiros de Alfonso VII, tomaram mais medidas para ratificar a “hispanização da Cruzada”, através de uma série de manejos, em destaque, a criação de Ordens Militares propriamente espanholas e totalmente subjugadas à coroa castelhana, como as Ordens de Calatrava e de Santiago, em detrimento das ordens militares que eram ligadas ao Papado.

Com a criação dessas ordens, os monarcas castelhanos, reforçaram ainda mais a sua autonomia nas ações militares peninsulares, pois criaram mais um forte braço militar totalmente hispânico, e por isso ligado a Coroa, ou seja, distante assim de qualquer intervenção romana, do qual, aliás, não teve outra opção a não ser a de reconhecer tais ordens dentro de uma “operatividade” cruzadística.

²⁰ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Reconquista, cruzada y ordenes militares. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* n° 2, 2008, p.3 e 4.

O Papado ainda tentou diminuir a autonomia e a ligação dessas ordens com a Coroa, mas seu projeto fracassou.

Foi desta maneira que, para Ayala Martínez, a Monarquia Castelhana-Leonesa alcançou enorme sucesso em seu intento de “hispanização da Cruzada”, mecanismo que, ao retirar o protagonismo do Papado, trazia para a Coroa a possibilidade de uma “Cruzada sem Papa”.

Deste modo, Carlos de Ayala Martínez contesta veementemente o peso e a influência do Papado na Península Ibérica, ao defender uma efetiva e substancial autonomia construída e solidificada pela Monarquia Castelhana-Leonesa, em detrimento da percepção valorizativa de Ubierto Arteta acerca do Papado em solo ibérico.²¹

O medievalista Francisco García Fitz também procura matizar a influência do sentimento cruzadístico na Península Ibérica. Tal autor sustenta que a áurea de sacralidade envolvendo a Guerra sempre esteve presente na Península Ibérica, desde os tempos dos visigodos, passando pelos astures e chegando até a época dos chamados Reis Católicos. O que não quer dizer que tal sacralidade signifique a força de um sentimento cruzadístico em solo ibérico.

Deste modo, García Fitz contesta veementemente as orientações de Antonio Ubierto Arteta, utilizando-o inclusive como paradigma de uma corrente que exagerava no peso atribuído aos “ventos de Cruzada” na Península Ibérica. Para tal autor, tal defesa é deveras equivocada, podendo ser facilmente combatida através de um olhar aguçado sobre as crônicas ibéricas da Alta Idade Média, na qual se torna facilmente observável perceber o peso do componente religioso imbutido desde sempre em solo ibérico.

Componente religioso oriundo da própria formação cristã da sociedade ibérica e não fruto de um sentimento tardio “levado” por ares cruzadísticos a península. Assim, o autor nega com veemência a defesa de uma corrente encabeçada por Ubierto Arteta, sob a qual se defendia que o sentimento religioso havia chegado ao solo ibérico por meio de uma decisiva influência exógena. Ou seja, Ubierto Arteta e seus seguidores dão demasiado peso 1 - à Santa Sé; 2 - às “reformas” papais; 3 - às Cruzadas; 4 - à influência da Ordem Cluniacense, etc.

No entanto, para García Fitz, a trajetória bélica dos Reinos Cristãos Peninsulares é devidamente marcada por uma sacralidade autóctone, que, como supracitado, vai dos

²¹ AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Reconquista, cruzada y ordenes militares. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* n° 2, 2008, p. 5 e 6.

visigodos, no século VIII, até os Reis Católicos no século XV. Deste modo, o autor afirma que os astures herdaram a noção sacralizada da atividade militar, já presente na cultura visigótica.²²

Nas próprias crônicas asturianas de finais do século IX e início do século X, já se observa essa questão, uma vez que a própria visão da conquista muçulmana é caracterizada como um castigo providencialista. Em outras palavras, os astures acreditavam que Deus havia castigado aos godos por conta de seus pecados, permitindo assim a chegada dos muçulmanos. No entanto, tal castigo não seria de natureza eterna, de modo que o próprio Deus iria ajudá-los a recuperar o que é seu por direito. Sua penitência seria então essa luta de *reconquista*.

No cerne desta ideia, sobressaíam-se os dois aspectos ideológicos fundamentais da *Reconquista*: a noção de guerra justa e de guerra santa. Pois, a guerra que por si só era justa, já que visava recuperar os territórios que por direito pertenciam aos herdeiros dos visigodos, também era de natureza santa, pois se levava a cabo com contornos devidamente religiosos, para corresponder aos desígnios divinos e para expandir também a Cristandade, “libertando” a Igreja do fardo islâmico.

Francisco García Fitz procura deixar claro que quando o movimento cruzadístico se encontra no seu auge ideológico e operativo, aos finais do século XI, é quando tal sentimento se torna um elemento potencializador desse discurso sacro ibérico. Contudo, não deve ser compreendido como a causa única e a origem do mesmo. Por conseguinte, torna-se então necessário diferenciar conceitualmente a *Reconquista* e a Cruzada. O primeiro se apresenta como um movimento primitivo e autóctone regido pelos monarcas ibéricos, cuja intenção era a recuperação dos territórios de uma pátria e Igreja perdidas, enquanto que o segundo é um movimento criado tardiamente sob as mãos da Igreja.

Por mais que o Papado tivesse efetuado inúmeras predicções de Cruzada e que essas se confundissem com os atos militares em solo ibérico, não devemos confundir a natureza e a particularidade de ambos os fenômenos, pois cada um nutria seus traços peculiares e particulares. Em sintonia, portanto, com as ideias de Carlos de Ayala Martinez, García Fitz defende que o sentimento religioso ibérico independe das predicções de Cruzada emuladas pelo papado a partir do século XI.

²² GARCÍA FITZ, Francisco, La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen, Revista del Centro de História del Crimen de Durango*, n.6, 2009, p.142-215. p.175.

No campo prático, os próprios caudilhos ibéricos acabavam por conceber, na iminência de uma ação militar, a indulgência dos pecados aos militares, sem estarem necessariamente em “clima de cruzada”. Deus, a virgem Maria, Santiago de Compostela, San Millán, etc., são constantemente evocados em batalha e descritos na documentação como seres participes, muitas vezes, da atividade guerreira. Os dois primeiros intercedendo e auxiliando e os dois últimos, devidamente caracterizados como santos guerreiros atuando em combate no auxílio dos cristãos.

Partindo de tais argumentos, García Fritz sustenta que se torna inegável que a guerra entre os cristãos e os mulçumanos foi sempre interpretada como uma luta inspirada e regida por Deus, cujo resultado dependia de suas ações.²³

Muito próximo a essas teses de Ayala Martínez e García Fitz está o medievalista Manuel González Jiménez. Para ele, a restauração dos antigos territórios era descrita pelos cronistas medievais sempre permeada de caracteres religiosos, como uma guerra com fins divinos, e no núcleo desta descrição estava a percepção de que Deus restauraria o favor divino aos cristãos, auxiliando-os na “restauração” dos territórios, por acreditar que os pecados cometidos pelos godos já haviam sido devidamente “penitenciados”.

Nada mais comum, por exemplo, durante essa atividade de auxílio de Deus para com os cristãos, a fundamental presença dos chamados Santos Guerreiros. Deste modo, Santo Isidoro, os já citados San Millán de La Cogolla e Santiago de Compostela, são sempre descritos como grandes combatentes auxiliares nessa luta.

Assim, González Jiménez reitera que, fundamentalmente os fatores religiosos foram parte importante do pensamento reconquistador, mas, devemos matizar muito bem seu peso, pois, em algumas crônicas da época, descrevem-se atos militares da *Reconquista* totalmente desprovidos de caracteres religiosos, mas permeados de empenhos político-territoriais. Ou seja, o interesse em restaurar as terras visigóticas.

No entanto, ainda assim, certamente o fator religioso e os atos militares de conquista territorial andavam de mãos entrelaçadas, pois, muitas vezes, após a anexação territorial, seguia-se uma série de simbolismos religiosos, como a limpeza, purificação e transformação de Mesquitas em Igrejas.

Podemos afirmar que González Jiménez se apresenta como o mais um feroz crítico da corrente sustentada por Antonio Ubieto Arteta.

²³ GARCÍA FITZ, Francisco, La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen, Revista del Centro de História del Crimen de Durango*, n.6, 2009, p.168, 182 e 184-188.

Segundo ele, a *Reconquista* já era algo sólido como ideologia e prática política, quando os “ventos cruzadísticos” começaram a soprar no Ocidente e acabaram por chegar a solo ibérico. Assim, diminui fundamentalmente o peso da influência da ideia de Cruzada na formulação da *Reconquista*, ao sustentar que tal caractere, até por ser bastante tardia a formulação da “ideologia reconquistadora”, apenas se apresentou como mais um entre tantos fatores sabiamente manejados pelos monarcas ibéricos, mas nem de longe deve ser compreendido como o fator predominante que fazia emular e justificava a guerra contra os mouros.

Para Gonzáles Jiménez, tal ligação costuma ter suas origens no fato de que, por mais que a “ideologia reconquistadora” tenha sido gestada aos fins do século IX e início do século X, sua operatividade prática costuma ser apontada ao século XI, justamente no mesmo instante em que o movimento cruzadístico ganha corpo, ocasionando então uma espécie de interligação errônea entre os fenômenos.²⁴

Deste modo, tal medievalista matiza muito bem o peso defendido por Ubieta Arteta e outros sobre a influência cruzadística em solo ibérico. Por mais que tal sentimento tenha sido devidamente realçado em importantes eventos, como mais um importante fator legitimador, a exemplo do que ocorreu na Batalha de Las Navas de Tolosa em 1212, uma campanha com feição cruzadística, tal aspecto não deve ser compreendido como o motor principal da *Reconquista*, muito menos dos seus mais importantes instrumentos legitimadores.

Adotar essa postura de defesa da “origem europea” da *Reconquista* por meio do “espírito da Cruzada” é para o autor, desconsiderar três séculos de passado ibérico, ou seja, os três séculos anteriores ao século XI, quando se gesta justamente, para ele, uma ideologia restauradora, a partir de meados do século IX.²⁵

Todavia, a despeito de todas estas polêmicas, a medievalística tem assumido certo consenso ao ratificar que, o que hoje conhecemos como processo de *Reconquista*, foi fruto de uma ideologia de origem fundamentalmente operativa, gestada para ser levada à prática.

²⁴ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.158-160, 166-168.

²⁵ *Ibid.*, p.168.

Deste modo, medievalistas supracitados, como Francisco García Fitz e Manuel Gonzáles Jimenez e até os polêmicos Barbero e Vigil, tem destacado que aos finais do século IX e início do século X, se gestou dentro do seio da Monarquia Astur-Leonesa, uma ideologia, baseada no *neogoticismo*, a qual objetivava a recuperação por parte dos astur-leoneses de todos os territórios antes pertencentes ao Império Visigodo.

Tal *neogoticismo* se fundamentava na ideia de uma verdadeira continuidade entre astures e godos, o que lhes dava, por direito e por obrigação, o dever histórico de recuperar das mãos muçulmanas os territórios de seus “antepassados”.

Com esse pensamento, a tarefa de *Reconquista* passou a estar sempre na “pauta” principal dos monarcas astures, no decorrer do século X e, principalmente, dos monarcas castelhano-leoneses, que levaram tal empreitada com afinco no decorrer dos séculos XI e XIII, quando ao final desta centúria, a atividade reconquistadora havia atingido seu ponto limite, restando apenas o Reino Taifa de Granada, como último reduto muçulmano de resistência.

Deste modo, é que a “ideologia reconquistadora” se tornou um aspecto fundamental na “identidade” hispânica e um fio condutor fundamental que orientava as relações com os muçulmanos, ou seja, tal ideologia acabava por definir um “modelo de atuação política” para os monarcas e, de outra maneira, acabava definindo profundamente as estruturas sociais, políticas e econômicas da sociedade ibérica.²⁶

Formou-se gradativamente, como manifestação prática desta ideologia, “una sociedad organizada para la guerra. Pero también una sociedad moldeada por la guerra”,²⁷ na medida em que todas as esferas sociais castelhano-leonesas acabaram sendo direcionadas ou norteadas para esse fim.

Tal “modelo de atuação política” era tão decisivo e permeador das decisões dos monarcas, em sua política interna e externa, que Fernando III, por exemplo, em seu leito de morte, ao professar suas últimas palavras a seu herdeiro, o infante Alfonso, procurou justamente orientar a sua política para que esta fosse voltada, sobretudo à manutenção dos territórios conquistados e pela perseguição de mais ganhos militares.

²⁶ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.165.

²⁷ GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: Estrategias de Expansión y tácticas militares (siglo XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005. p. 20.

Assim, o medievalista Manuel Gonzáles Jimenez em seus estudos, procurou responder estas questões, partindo de uma pergunta chave: Era Pelayo consciente de estar iniciando uma empresa que, progressivamente, visava à restauração de toda a Hispânia? Ou era aquele apenas um simples caudilho que procurava apenas resistir como podia ao grande avanço muçulmano?

Para tal autor, nunca saberemos e, de certa forma, parece pouco necessário responder realmente este ponto, pois, o que se torna inegável é que, a partir do reinado de Alfonso III (866-910), a *Reconquista* passa a ser algo mais que um projeto nebuloso. Será justamente nesse preciso marco que se gestará toda uma ideologia restauradora, como citamos, de natureza *neogótica*, que nutria como primordial objetivo a restauração territorial, política e religiosa de todo o cenário visigodo.

Tal projeto está devidamente encerrado no conteúdo ideológico contido nas crônicas produzidas no reinado de Alfonso III: a crônica albeldense, a crônica profética e a crônica de Alfonso III. Em todas elas, o fio condutor é o mesmo: a ideia de que Deus castigou aos godos por conta de seus pecados, mas, que, passado esse necessário castigo, a partir de Pelayo, os ajudaria a restaurar o que era seu por direito, a antiga ordem política e territorial vigente.²⁸

Nesse momento já se observa, portanto, a luz de um projeto que cada vez mais se amadureceria e se tornaria uma ideia justificadora da expansão territorial e da tomada dos territórios em mãos muçulmanas. Por isso, parece não importar se Pelayo foi ou não o mártir inicial da *Reconquista*, mas, sim o fato de que a apropriação de sua figura pela monarquia de Alfonso III serviu como um importante mecanismo a serviço dos fundamentos operativos de uma ideologia criada a fins do século IX, cujo objetivo era justamente a restauração dos territórios visigóticos.

Desta forma, a empresa de *Reconquista* foi profundamente marcada por um complexo imaginário, de teor altamente funcional e operativo, que define, marca e participa ativamente no processo de formação e estruturação das sociedades que a gestaram.

Gonzáles Jiménez, no entanto, procura deixar claro que não devemos considerar que a expansão militar e territorial ocorrida durante toda a Idade Média Central, a despeito do

²⁸ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.155 e 156.

peso da “ideologia reconquistadora”, também se viu motivada por uma série de fatores de outra ordem, os quais, implícita ou conscientemente, motivaram a ação militar daqueles homens.

Não podemos negar, por exemplo, a atração exercida pelas cavalgadas e o seu recorrente fruto na mentalidade daqueles homens: os ganhos capitais com os botins. Assim, outras questões também serviam como necessidades motivadoras para ações de *Reconquista*, como, por exemplo, questões de ordem demográfica.

Nesse sentido, um medievalista que empreendeu um importante estudo acerca do peso das questões demográficas nas ações da *Reconquista*, foi García de Cortazar, pois procurou compreender o processo de ocupação e repovoamento das regiões conquistadas, analisando a geografia do local, as relações sociais instauradas, o processo de organização político nos novos territórios, etc.²⁹

Para García de Cortazar, também devemos levar em consideração a necessidade ecológica e demográfica como de natureza fundamental para esse processo de *Reconquista*, ainda que não tão evidenciado na documentação, pois, em sociedades em gradual crescimento populacional, como eram os reinos ibéricos durante a Idade Média Central, tal aspecto também serviu significativamente como motor dessa *Reconquista*.³⁰

Continuidade ou exclusão: os debates acerca da Reconquista como conceito historiográfico

Como mencionamos na introdução deste artigo, nenhum outro tema tem sido tão exaustivamente discutido na historiografia hispânica, quanto o conceito de *Reconquista*.³¹ Já explicitamos as várias interpretações, significados e fundamentos a que os historiadores têm dado ao processo, de modo que agora discutiremos o estado dos debates recentes acerca da sua continuidade ou exclusão dentro do seio historiográfico.

Boa parte dos debates acerca desse conceito partiram sobretudo de um grupo de historiadores que tem se recusado a continuar utilizando-o como conceito, porque o

²⁹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.169 e 170.

³⁰ GARCÍA DE CORTÁZAR apud RÍOS SALOMA. Martín. *La Reconquista em la historiografía española contemporánea*. Madrid: Silex Ediciones, 2013. p.109.

³¹ Talvez, somente o debate a respeito do feudalismo espanhol.

fortalecimento e solidificação do mesmo estaria diretamente associado a uma “ideologia do passado” recente de Espanha.

Em outras palavras, a recusa por parte de uma ala da historiografia se dá por conta da apropriação e de outro modo, dos usos e abusos, do conceito pelo regime franquista por quase quatro décadas. Daí que, para estes, seria necessário rediscutir sua utilização, haja vista que, teria sido nesse momento que tal conceito historiográfico encontrou seu apogeu de utilização.

Como toda história e todo historiador é fruto de seu tempo, tais pesquisadores passaram a compreender assim, que se deveria apagar esse conceito a partir do tempo presente, uma vez que este se apresentaria assim como mais uma “mancha” do regime ditatorial de Franco, um conceito ainda inteiramente dotado da carga ideológica nacional-catolicista típica daquele período.

Assim, não são poucos os historiadores que tem optado por utilizar expressões como “expansão cristã até o sul”, “expansão territorial-militar”, dentre outras, para caracterizar os eventos político-militares ocorridos no decorrer de toda a Idade Média Central Ibérica. É essa a defesa do medievalista Martin Rios Saloma que, ao empreender um estado da questão desses debates, acabou por concluir que:

*Me parece deseable que los medievalistas se refieran a ellas con [as ações da Reconquista] con términos específicos como “conquista”, “expansión militar”, “restauración de la organización eclesiástica”, etcétera: el hecho de que sean procesos que se desarrollaron de forma más o menos paralela no autoriza al hombre de ciencia a caer en simplificaciones excesivas al utilizar sin cuidado el vocablo “reconquista”.*³²

No entanto, há quem discorde veementemente dessa postura de exclusão da categoria historiográfica “Reconquista”. E também, de igual maneira aos primeiros, não são poucos. O medievalista Manuel Gonzáles Jiménez defende que se abandone um pouco esse debate em torno do conceito e se procure discutir questões mais transcendentais frente à essência da ideologia reconquistadora, como, por exemplo: o legitimismo astur-leones frente aos demais reinos cristãos ibéricos, a ideia de reconquista como objetivo comum de todos os reinos, etc.

³² RÍOS SALOMA, Martin. La Reconquista: génesis de un mito historiográfico. *Historia y Grafía*, n. 30, 2008, p. 191-216. p.216.

Para Gonzáles Jimenez, perde-se tempo demais discutindo um conceito historiográfico, podendo ser tal energia canalizada para questões mais fundamentais, em sua visão, dentro da História Medieval ibérica.³³

Francisco García Fitz, no entanto, admite a pertinência dos debates em torno do conceito, mas ao fim de suas explanações, procura defender sua continuidade como categoria historiográfica, desde que matizações sejam feitas em seu uso. Para este, apesar das críticas constantemente sofridas pelo conceito de *Reconquista* – compreendido por alguns como de natureza superficial, convencionalista e extremamente associado ao nacionalismo do século XIX e ao franquismo do século XX –, tal termo continua em pleno vigor, pois a tradição historiográfica do uso continua bastante forte.³⁴

Para explicar um dos motivos que justificariam a corrente aceitação do conceito historiográfico de *Reconquista*, García Fitz sobrepõe-se justamente a ideia dos defensores de sua prescrição, ao afirmar que o contínuo uso do termo tem ocorrido porque os historiadores tem percebido que o conceito tem perdido gradativamente o sentido nacionalista e ideológico com o qual foi utilizado no século XIX e XX, para se tornar neutro e passa a designar, sem problemas, o processo de expansão territorial a que passaram os reinos cristãos peninsulares frentes aos muçulmanos de Al-Andaluz.³⁵

Assim, para ele, por mais que alguns historiadores venham defendendo a não utilização do dito conceito de *Reconquista*, defendendo, inclusive, o retorno do conceito de restauração, contido nas crônicas ibéricas, a utilização do termo se apresenta ainda hoje mais do que viável, pois “despues de todo, si com una solo palabra, podemos aludir, intuitivamente, a dinâmicas históricas tan complejas, quizás no sea necesario que acabemos com ella”.³⁶

Por fim, outro medievalista que tem defendido com veemência a continuidade do uso do conceito é Eloy Benito Ruano. Segundo ele, o conceito de *Reconquista*, como categoria historiográfica:

³³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Sobre la Ideología de la Reconquista: realidades y tópicos. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis. (Coords.). XIII Semana de Estudios Medievales, 29 de julio - 2 de agosto de 2002, Nájera, Memoria, mito y realidad en la historia medieval, *Actas...* Nájera: Instituto de Estudios Riojanos, 2003, p. 151-170. p.170.

³⁴ GARCÍA FITZ, Francisco, La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen, Revista del Centro de História del Crimen de Durango*, n.6, 2009, p.142-215. p.151.

³⁵ *Ibid.*, p.152.

³⁶ *Ibid.*, p.201.

*Permite establecer etapas, cotejos y desarrollos entre los aspectos todos que componen la vida simultánea de las diversas comunidades: aspectos políticos, sociales económicos y culturales, enmarcados en sus respectivas coordenadas geográficas y temporales.*³⁷

Desta forma, o conceito de *Reconquista* se torna mais do que necessário ao estudo da História Medieval. À medida que periodizar é parte integral do ofício do historiador, tal conceito ganha então importância diante dessa necessidade, por tornar “configurable el magma amorfo del suceder histórico: modulable en etapas y contenidos, en fases, en imágenes y caracteres articulables que la hacen inteligible”.³⁸

Considerações finais

Muitos rios de tinta ainda não de correr graças ao bombar de coração desses calorosos debates. A falta de consenso – ou a discórdia – no seio da medievalística, nos faz acreditar que possivelmente o “estado da questão” permanecerá pouco alterado, no que tange tanto aos debates em torno do significado histórico da *Reconquista*, como também em relação ao seu uso quanto categoria historiográfica.

Se a disciplina histórica tem caminhado graças à dialética de interpretações envolvendo os historiadores, acreditamos que tal ordem de debates e combates tem sido sempre de fundo profícuo, mesmo que tal afirmação seja um tanto utópica diante da realidade que os quadros universitários brasileiros se apresentam diante de temas polêmicos, preferindo mais jogar o pó para debaixo do tapete do que enfrentar a polêmica de cabeça erguida. Parece-nos que tal maturidade, há tempos já foi alcançada pelos colegas medievalistas espanhóis. Esperamos, não sem certo temor na esperança da espera, que em solo brasileiro, frente a fértil lavra de medievalistas que temos, termos como *Reconquista, feudalismo e senhorio, reforma gregoriana* e tantas outras pedras de tropeço possam ser cada vez mais revistas e re-analisadas dando novos ares ao debate.

³⁷ BENITO RUANO, Eloy. La Reconquista, una categoría histórica e historiográfica. *Medievalismo. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n. 12, 2002, p.91-98. p.96.

³⁸ BENITO RUANO, Eloy. La Reconquista, una categoría histórica e historiográfica. *Medievalismo. Revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n. 12, 2002., p.91-98. p.96.